



# VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



## *A FAMÍLIA ESCRAVA PRESENTE NOS REGISTOS ECLESIAÍSTICOS: UMA ANÁLISE DE ITAPEMIRIM-ES (1860-1870)*

Laryssa da Silva Machado<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho irá analisar a família escrava de Itapemirim-ES encontrada nos registros eclesiásticos da paróquia local, entre 1860-1870. Nesta região encontram-se famílias matrilineares, nucleares e extensas, o que revela a dinâmica da escravaria de Itapemirim, que durante o século XIX compreendia importante região no Espírito Santo. A região de Itapemirim foi pouco estudada pela historiografia capixaba. Este trabalho mostra-se relevante por apresentar as famílias escravas presentes no livro de batismo da Paróquia Nossa Senhora do Amparo. Esta paróquia separava livros para registros de livres e de escravos, e nem todos os batismos foram realizados na Matriz da Vila de Itapemirim. Em outras localidades do sul da província capixaba ocorreram batismos, alguns sendo realizados na província do Rio de Janeiro. Também são encontrados registros de famílias formadas por africanos e livres, porém a grande maioria era de famílias crioulas, nucleares ou matrilineares, que batizaram um filho neste período.

---

<sup>1</sup> Licenciada em História (2007); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFES (2017-2019). Universidade Federal do Espírito Santo-ES. Pesquisa em andamento: Sobre as Águas Batismais: a Família Escrava e as Relações de Compadrio em Itapemirim-ES (1850-1888). Email: assyrall@gmail.com.

Palavras-chaves: História de Itapemirim; Família Escrava de Itapemirim; História do Espírito Santo; Escravidão no Espírito Santo; Escravidão em Itapemirim.

**Abstract:** The present work will analyze the slave family of Itapemirim-ES found in the ecclesiastical records of the local parish, between 1860-1870. In this region are matrilineal families, nuclear and extensive, which reveals the dynamics of the Itapemirim slave, which during the nineteenth century included an important region in Espírito Santo. The Itapemirim region was little studied by the Capixaba historiography. This work is relevant because it presents the slave families present in the baptism book of the Parish of Nossa Senhora do Amparo. This parish separated books for free and slave registers, and not all baptisms were made in the Matrix of the Village of Itapemirim. In other locations in the south of the province of Espírito Santo, baptisms took place, some of which were held in the province of Rio de Janeiro. Records are also found of families formed by Africans and free, but the great majority were of Creole families, nuclear or matrilineal, that baptized a son in this period.

**Keywords:** History of Itapemirim; Slave Family of Itapemirim; History of the Holy Spirit; Slavery in the Holy Spirit; Slavery in Itapemirim.

## **Introdução**

Os registros eclesiásticos são uma das riquíssimas fontes onde podem ser encontrados registros da família escrava, isso porque, até 1889, os registros civis de nascimento (batismo), casamento e óbitos eram realizados pela Igreja Católica. “Batizar, casar e morrer, são procedimentos tomados pela Igreja Católica como de sua alçada” (FARIA, 1998, p. 305). Essa união entre Coroa e Igreja favorecia a ambas, pois ajudava a espalhar o catolicismo pelo Brasil e evitava que o Estado português, no período colonial, e brasileiro, no período imperial, se preocupasse com registros civis.

“Dessa maneira, manteve-se a prática dos livros eclesiásticos em que, desde o período colonial, assinalavam-se nascimentos, casamentos e óbitos em volumes distintos, de acordo com a condição livre ou cativa dos indivíduos [...]” (CASTRO, 1997, p. 339).

Estes registros trazem aspectos do cotidiano nos períodos colonial e imperial, tanto dos livres quanto dos escravos, pois demarcava as etapas da vida dos mesmos. Também demonstra o domínio católico sobre a população, uma vez que os principais eventos da vida das pessoas, estavam relacionados a Igreja. Registrando os nascimentos, os casamentos e as mortes, o catolicismo perpetuava seu domínio social. “Quase todas as etapas dos momentos rituais da sociedade passavam pelo olhar e controle da Igreja. Pode-se até mesmo considerar que a cidadania se exercia pela aceitação, mesmo que estratégica, dos rituais católicos” (FARIA, 1998, p. 307).

Os sacramentos religiosos são entendidos como estratégias de vida para os escravos. Muitos escravos africanos ainda mantinham suas práticas religiosas originais, aderindo aos sacramentos católicos que lhes possibilitassem melhorias de vida. O batismo, mais importante ritual católico, era entendido pelos escravos como “instrumento de solidariedade e de relações sociais, através do compadrio” (FARIA, 1998, p. 304). Os casamentos, por sua vez, representavam para o escravizado uma oportunidade de conquista de estabilidade e respeito social. Estes poderiam adquirir casas individuais além de maior autonomia dentro da escravaria. Já os ritos fúnebres, por não representarem uma estratégia de vida, nem sempre eram aceitos pelos escravos. Muitas vezes, o sacramento da extrema-unção não ocorria. “Casar e batizar poderiam ser, para qualquer crença, estratégias de vida e de sobrevivência, num mundo sabidamente passageiro. O que haveria após a morte, indefinido e duradouro, dependia [...] dos procedimentos dos vivos [...]” (FARIA, 1998, p. 305”).

Era o batismo que inseria o sujeito na sociedade. Para o escravo, essa integração era importante, pois representava um quesito básico para sobrevivência, uma vez que, negar o domínio do senhor e de suas instituições representava um confronto, o que não era interessante ao cativo (FARIA, 1998, p. 306). Tanto escravos que chegavam

aos portos brasileiros quanto os que nasciam nestas terras, se tornavam parte da sociedade através do sacramento batismal. Aos senhores cabia à obrigação de batizar seus cativos, adultos ou crianças, correndo o risco de sofrerem com as maldições do mundo espiritual.

Os sacramentos eclesiásticos no Brasil foram organizados após a aprovação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*<sup>2</sup>, documento do período colonial que foi mantido até 1889 (CAMPOS, MERLO, 2005). Estas ordenações davam instruções sobre todo o procedimento cristão que livres e escravos deveriam obedecer. Sobre o batismo, as Constituições instruem que se batizem os “escravos brutos e boçaes” e também os filhos dos “infiéis”. Porém, não os menores de sete anos não devem ser batizados sem a autorização dos pais (CAMPOS, MERLO, 2005, p. 20-21). Aos cativos, o direito ao batismo era garantido, mesmo se o senhor fosse contrário. Porém, ao proprietário do escravo, que era cristão, cabia a obrigação dos ensinamentos da Doutrina Cristã (CONSTITUIÇÕES, 1853).

A Igreja era a instituição que conseguia se infiltrar em assuntos considerados privados, estabelecendo como deveriam ocorrer as relações entre senhores e escravos. Um desses documentos era o discurso jurídico-teológico escrito pelo padre Manoel Ribeiro da Rocha, em 1758, intitulado de *Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado*<sup>3</sup>. Tinha como objetivo educar os senhores sobre os tratos que deveriam ser dados aos mesmos. Sendo um dos pensadores da escravidão lusitana, Rocha defende a suavização do cativo sem, portanto, propor sua extinção,

---

<sup>2</sup> CONSTITUIÇÕES primeiras do arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho da Sua Majestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa 1719 e Coimbra. 1720. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.

<sup>3</sup> ROCHA, M; R. *Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado*: discurso teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil (1758). Lisboa: Na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

uma vez que a escravidão era a mão de obra da colônia. Propõem também a libertação tardia dos cativos após um período pedagógico e evangelizador de cativo, onde o escravo aprenderia sobre as doutrinas cristãs.

Para o padre Rocha, os senhores deveriam cuidar de seus escravos como se fossem seus filhos. Na sexta parte de seu discurso, intitulada “Do que se respeita à instrução na Doutrina Cristã”, o teólogo descreve os benefícios do batismo para a vida do cativo, que deixaria de ser escravo do demônio e se tornaria um servo de Deus. Sendo os pais responsáveis por ensinar seus filhos sobre a Doutrina Cristã, cabia igualmente aos senhores ensinar seus cativos com perseverança e paciência, instrução presente também nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. O batismo deveria ser ministrado aos mesmos, que se tornariam membros do Corpo de Cristo e da Igreja Católica, desfrutando de bênçãos na terra e posteriormente no céu (ROCHA, 1758, p.259).

A vida cotidiana colonial e imperial perpassava pela Igreja Católica. Esta extrapolava seus poderes, norteador relações privadas entre senhores e escravos. Controlando os registros civis até 1889, encontram-se nestes livros inúmeros aspectos da vida cotidiana de livres e cativos. Apesar das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia ter tentado padronizar os registros eclesiásticos, estes continuaram cheios de localismos, tornando-se fontes históricas riquíssimas em detalhes. Nos estudos sobre família escrava, oferecem dados sobre a composição das mesmas e de seus laços de solidariedade, através das relações de compadrio, remontando, em certos aspectos, a comunidade cativa.

Este artigo pretende apresentar as famílias escravas de Itapemirim-ES entre 1860-1870 presentes nos Livros de Batismos de Escravos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo<sup>4</sup>. Utilizando-se do recorte serial e método onomástico, além de pesquisa documental qualitativa e quantitativa, o perfil das famílias escravas de Itapemirim será apresentado. Neste período foram realizados 770 batismos, não apenas na Matriz

---

<sup>4</sup> ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Batismo de Escravos número 2, anos de 1859 a 1872.

sediada nesta Vila, mas em outras localidades do sul da província do Espírito Santo e até mesmo na província do Rio de Janeiro. A região do Vale do Rio Itapemirim destacou-se economicamente no século XIX graças as suas lavouras de açúcar e de café, e com isso contava com grande população escrava.

### **Sobre a família escrava brasileira**

Os estudos sobre a família escrava no Brasil, consolidados nas últimas décadas, trouxe a tona personagens e fontes que, por muitos anos foram estigmatizadas e descartadas pela historiografia. A utilização de fontes cartoriais, inventários *post-mortem*, lista de escravos e documentos eclesiásticos, como registros de batismos, casamentos e óbitos, dinamizaram os estudos historiográficos, fez com que os escravos, que por vezes foram abordados pela historiográfica tradicional como seres inanimados e/ou meras mercadorias, se tornassem agentes da história.

Dois trabalhos merecem destaque na temática da família escrava brasileira: *A Paz nas Senzalas*<sup>5</sup>, de Manolo Florentino e José Roberto Góes e *Na Senzala uma Flor*<sup>6</sup>, de Robert W. Slenes. Estes autores desenvolveram obras pioneiras que comprovaram a existência dos laços familiares cativos em regiões diferentes do país. Florentino e Góes defendem as famílias cativas como um pilar da escravidão. Junto com o tráfico, era o que mantinha a paz dentro das senzalas, uma vez que a constante chegada de africanos provocava um desequilíbrio sexual, o que poderia gerar conflitos entre os crioulos, já estabelecidos e os africanos recém-chegados.

Os autores perceberam que poucos casamentos ocorriam entre escravos de origem africana com crioulos (geração de africanos nascidos no Brasil). A maioria das uniões entre cativos ocorria dentro dos próprios grupos: africanos com africanas –

---

<sup>5</sup> FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>6</sup> SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

crioulos com crioulas, sendo que os primeiros, devido à multiplicidade de etnias, uniam-se a membros de outros grupos étnicos. “Os crioulos tendiam a se fechar entre si. Nos momentos de expansão, pois, acirravam-se as rivalidades entre africanos e crioulos. A entrada acentuada e crescente de africanos pode ter sido sentida como uma ameaça” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.149).

Também descrevem características das famílias fluminenses estudadas. Na maioria das senzalas predominavam os laços matrilineares, algumas chegavam a ter avós, o que demonstrava certa estabilidade desses enlaces. Também detectaram que, de maneira geral, as famílias permaneciam unidas mesmo com a morte do seu dono e partilha da herança. Destacam, principalmente, o papel estabilizador das famílias escravas, tanto para o cativo quanto para o sistema. “Na verdade, o que se buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p. 90).

A família escrava apresentava, portanto, diversas estratégias de paz dentro das senzalas, em resposta ao ambiente de tensão causado pela própria dinâmica da escravidão. A escassez de mulheres nos plantéis contribuía para a crise entre os cativos, acentuada pelo incremento de “negros novos”, que chegavam com o tráfico transatlântico. Florentino e Góes defendem a ideia de que a violência não era suficiente para obter do escravo o necessário à produção escravista. Assim, a permissão da constituição de famílias era uma estratégia política da escravidão:

Uma estratégia para fazer aliados era fazer parentes. De muitas maneiras se devia fazer um parente, no tempo da escravidão. Não é preciso recorrer a uma infausta digressão sobre o conceito para concluir que, no que diz respeito às relações parentais como expressão de uma aliança política (política e afeto geralmente andam juntos, pois não?), a inventividade dos escravos deve ter sido muito solicitada. Os inventários *post-mortem*, base da reflexão que ora se encerra, informam dos laços parentais surgidos por

ocasião dos nascimentos e do casamento católico dos escravos – vale dizer da criação de famílias cativas. Pelo casamento e, antes ou depois, por meio do nascimento de uma criança, escrava, vários indivíduos criavam ou estreitavam laços que, nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram laços de aliança (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.173).

A obra de Slenes, por sua vez, considera a família escrava como elemento decisivo para a criação de uma comunidade cativa, uma vez que o grupo gerado compartilhariam experiências, valores e memórias. Estas famílias fazem parte de um mundo criado a partir de recordações e esperanças dos escravos, elemento crucial na formação de identidades no cativo. A estabilidade da família escrava também foi detectada pelo autor, porém seu enfoque dos tensionamentos recaiu sobre a relação senhor e escravos. Slenes trabalhou com a ideia de que a família escrava se fundava a partir da construção de laços de solidariedade e de suas heranças africanas.

Assim, a família escrava ia além de estratégias de domínio escravista ou meros mecanismos de manutenção da paz e enfraquecimento das resistências dos escravos em relação aos senhores. A família era formada a partir de esperanças e recordações, onde descobrem a “flor” nas senzalas partindo de experiências semelhantes às heranças culturais em comum com a África. Florentino e Góes, por sua vez, como já discutido anteriormente, consideravam a família escrava como pilar da escravidão, uma vez que pacificavam as tensões dentro das escravarias oriundas das desigualdades causadas pelo tráfico.

A “família” é importante para a transmissão e reinterpretação das culturas e da experiência entre as gerações. O grupo subalterno que tem instituições familiares arraigadas no tempo e redes de parentesco real e fictício não está desprovido de “formas de união de solidariedade”, muito menos de uma memória histórica própria; portanto, suas interpretações da experiência imediata nunca serão idênticas às do grupo dominante nem poderão ser previstas a partir de um raciocínio funcionalista (SLENES, 2011, p. 124).

As discordâncias entre os autores não invalidam suas contribuições historiográficas. Os trabalhos de Slenes e Florentino e Góes abriram caminho para que outros estudos semelhantes fossem desenvolvidos em vários lugares do Brasil. Estes novos trabalhos revelaram a existência de famílias cativas em inúmeras regiões brasileiras, não apenas nas áreas de plantation, mas também em localidades com economia destinada ao abastecimento interno, caso da província do Espírito Santo, que tinha uma escravaria pequena, se compara a outras regiões brasileiras, porém com famílias escravas estáveis e alta taxa de reprodução endógena.

### **Retratos da família escrava capixaba**

Acompanhando os estudos sobre a escravidão brasileira, trabalhos relevantes vem sendo desenvolvidos no Espírito Santo sobre famílias escravas. A implantação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo e do grupo de estudos liderado pela professora da instituição Adriana Pereira Campos<sup>7</sup> fez com que inúmeros estudos sobre a escravidão capixaba, principalmente entre os fins do século XVIII e século XIX, fossem desenvolvidos. Pioneira nos estudos sobre os escravos do Espírito Santo, Campos tem demonstrado que a crioulização e a reprodução endógena eram características marcantes na sociedade escrava de Vitória.

Desse modo, a comunidade afro-americana local espalhava-se além do mundo do cativo, criando, inclusive, uma população reconhecida como parda, que proporcionava uma indeterminação da condição civil dos negros

---

<sup>7</sup> CAMPOS, Ad. P.. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.; CAMPOS, A. P. e MERLO, P. M. S. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. *TOPOI*, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.; CAMPOS, A. P. *Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

nos lugarejos da Capitania. Além disso, vários indivíduos afro-americanos apostavam na ascensão social, labutando na aquisição de propriedades visando a sua inclusão no mundo produtivo. Muitas vezes, tais pessoas adquiriam escravos, arrolavam-nos entre seus bens e transferiam-nos aos seus herdeiros. Essa constatação permite lançar a hipótese de que a comunidade afrodescendente da Capitania do Espírito Santo logrou certo grau de integração à sociedade circundante, assumindo suas engrenagens mais importantes, mas também lhe emprestando certas feições próprias, notadamente na *creolização* de sua população (CAMPOS, 2006, p. 604).

Os trabalhos organizados pelo grupo liderado por Adriana Campos trouxeram novos olhares sobre as escravarias do Espírito Santo, pois encontrou o curioso fenômeno de reprodução endógena entre os cativos na região central da Província. Utilizando fontes como inventários *post-mortem*, registros eclesiásticos de batismos, casamentos e óbitos, e relatórios de autoridades provinciais, descobriu-se uma série de dados que, até então, estavam escondidos pela historiografia tradicional. A reprodução endógena nas escravarias de Vitória, a presença de africanos nas escravarias do sul, especificamente em Cachoeiro de Itapemirim<sup>8</sup>, as relações de bastardia, a dinâmica econômica no Espírito Santo nos períodos colonial e provincial são exemplos de resultados destes novos estudos. Mesmo havendo um crescimento significativo das pesquisas historiográficas sobre a escravidão no Espírito Santo, ainda não é suficiente. Geisa Lourenço Ribeiro destaca que “[...] os trabalhos ainda que competentes, são raros e limitados espacial ou temporalmente [...]” (RIBEIRO, 2012, p. 19).

---

<sup>8</sup> Cachoeiro de Itapemirim foi a única região do sul do ES que recebeu estudos significativos sobre escravidão.

Patricia Merlo<sup>9</sup> se propôs a escrever sobre as famílias escravas no Espírito Santo concentrando sua pesquisa em Vitória entre 1800-1871. Suas conclusões dizem que a capital capixaba concentrou quantidade significativa de famílias escravas e foi palco de relações dinâmicas entre senhores e cativos. Vitória tinha sua economia voltada para o abastecimento do mercado interno, com exportação de alimentos para a Corte e Bahia, cuja base de produção contava com mão de obra escrava. Segundo Merlo, as escravarias de Vitória contavam com a reprodução natural dos escravos, o que gerava grande quantidade de crioulos, alta taxa de crianças e frequentes laços familiares. Assim, a reposição das escravarias contava pouco com o tráfico internacional, o que dava à reprodução endógena lugar indispensável à manutenção da escravidão em Vitória.

Geisa Ribeiro<sup>10</sup> estudou a família escrava capixaba entre os anos de 1790-1871, nas regiões central, correspondente a Vitória, e sul, principalmente a região de Cachoeiro de Itapemirim, analisando a importância da reprodução endógena para a sociedade escravista capixaba. Ambas as regiões foram marcadas por esse tipo de reprodução em suas escravarias, sendo que a região sul contou com maior presença de escravos africanos. Outro aspecto interessante estudado pela autora foi a permanência da família escrava unida, mesmo após a morte de seu senhor.

Outro estudo sobre família escrava capixaba foi realizado por Rafaela Lago<sup>11</sup>, que pesquisou famílias escravas e relações de compadrio. A autora utilizou os registros de batismo de escravos e inventários *post-mortem* para conhecer a família escrava no

---

<sup>9</sup> MERLO, P. M. S. *O Nó e o Ninho*: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Dissertação (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

<sup>10</sup> RIBEIRO, G. L. *Enlaces e Desenlaces*: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

<sup>11</sup> LAGO, R. D. *Sob os olhos de Deus e dos homens*: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888). Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

período de 1831-1888. Novamente, os estudos se concentram em Vitória e na região sul, analisando principalmente a escravaria de Cachoeiro de Itapemirim. Em Vitória, os escravos escolhiam para padrinhos e madrinhas de seus filhos escravos de outras escravarias, libertos e livres, o que demonstra mobilidade dos cativos, além de construírem laços comunitários distintos. Já na região sul, os padrinhos eram escolhidos entre os próprios escravos. A utilização do ritual católico fazia com que os cativos construíssem uma série de relações sociais dentro do Espírito Santo, também observado em outras regiões do Brasil.

Os estudos sobre as escravarias capixabas ainda são poucos e não contemplam todas as regiões que possuíam quantidade significativa de escravos, caso de Itapemirim, sul do Espírito Santo. Desde os primeiros registros de colonização efetiva, a partir de 1771, a região desenvolveu atividades econômicas de relevância para a província, como a produção de cana de açúcar e aguardente, utilizando mão de obra cativa. Com a implantação das lavouras de café na região do Vale do Rio Itapemirim, na segunda metade do século XIX, o sul capixaba se tornou a principal economia do Espírito Santo, concentrando fazendas que utilizavam grande quantidade de cativos no cultivo de café. Além disso, o Porto da Barra de Itapemirim tornou-se um dos mais importantes, devido sua proximidade com o Rio de Janeiro. Assim, mercadorias eram importadas para abastecer a região sul e os produtos da região, o café, o açúcar e a aguardente, eram exportados para a Corte.

### **A família escrava de Itapemirim sobre a pia batismal**

A historiografia capixaba, apesar de ter sido contemplada com uma quantidade significativa de trabalhos nos últimos anos, ainda apresenta muitas lacunas. Muitos trabalhos sobre a escravidão capixaba foram desenvolvidos, porém ainda são poucos e não contemplam todas as regiões espiritosantenses. A história de Itapemirim, pouco estudada, tem como divisor de águas o livro *“Itapemirim: como tudo começou”*, de

Luciano Retore Moreno<sup>12</sup>, que relata os eventos itapemerinense a partir dos documentos da Câmara de Vereadores local. Mas ainda há muito a ser descoberto sobre essa importante região.

Sendo uma das primeiras sesmarias doadas a Pedro da Silveira por Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário capixaba, em 1539 (DAEMON, 2010, p.114), teve sua colonização concretizada apenas no final do século XVIII, quando os fugitivos dos ataques indígenas as Minas de Castelo<sup>13</sup> desceram o Rio Castelo, afluente do Rio Itapemirim, desembarcando na barra deste rio e fundando ali uma comunidade. A partir de então, fazendas de cana de açúcar, engenhos e lojas de secos e molhados<sup>14</sup> foram instaladas na região, dinamizando a economia local (OLIVEIRA, 2008, p. 222, 270).

Muitas famílias migraram para a região na primeira metade do século XIX, trazendo consigo seus escravos e maquinários: Tavares de Brum, Silva Lima, Gomes Bittencourt, Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro, Povia, vieram do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo em busca de terras férteis, tornando-se grandes fazendeiros (MORENO, 2016, p.31-32). Formaram grandes fazendas as margens do Rio Itapemirim, destinadas ao cultivo de cana e produção de açúcar em seus engenhos, que eram exportados pelo Porto de Itapemirim (BITTENCOURT, 2006, p. 78-79). O crescimento da região fez com que em 27 de junho de 1815 Itapemirim fosse elevada a condição de Vila (MORENO, 2016, p.33).

A partir da segunda metade do século XIX o café foi introduzido na região do Vale do Rio Itapemirim, que compreendia as localidades de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Nossa Senhora da Conceição do Alegre e São José do Veado (atual Guaçuí). Novos fazendeiros foram atraídos para essa região (ROCHA, COSSETTE, 1983, p.18), que foi separada de Itapemirim em 1856, com a criação da Vila de São Pedro de Cachoeiro. Itapemirim continuou produzindo açúcar e exportando seus

---

<sup>12</sup> MORENO, L. R. **Itapemirim**: Como tudo começou. Serra: Formar, 2016.

<sup>13</sup> Região no interior do Espírito Santo onde foi encontrado ouro.

<sup>14</sup> Eram seis ou sete engenhos, duas lojas de fazendas secas e três lojas de molhados.

produtos para Corte através de seu porto, que era o mais próximo do Rio de Janeiro (MORENO, 2016, p. 86).

Toda essa dinâmica econômica fez com que a população de Itapemirim se destacasse no cenário provincial. A tabela 1 apresenta a população itapemerinense, livre e escrava, ao longo do século XIX. Como se pode observar, havia quantidade significativa de escravos na localidade. Destaque para os anos de 1843 e 1856, onde a população escrava de Itapemirim correspondia a 20% e 29% do total da província respectivamente. Boa parte desses escravos tiveram seus nomes registrados nos livros da Paróquia Nossa Senhora do Amparo quando batizaram seus filhos ou apadrinharam os filhos de seus compadres, em seus casamentos ou na hora de sua morte.

ANO	ESPÍRITO SANTO				ITAPEMIRIM							
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FOGOS	LIVRES	(%)	ESCRAVOS	(%)	TOTAL	(%)	FOGOS	(%)
1817	—	—	24.585	3.729	—	—	—	—	2.025	8%	147	4%
1818	—	—	25.960	3.729	—	—	—	—	2.025	8%	—	—
1824	22.165	13.188	35.353	5.274	1.184	5%	1.148	9%	2.332	7%	227	4%
1827	22.931	12.948	35.879	5.683	797	3%	1.038	8%	1.835	5%	229	4%
1833	—	—	27.916	—	—	—	—	—	3.051	11%	—	—
1839	—	—	26.080	—	—	—	—	—	2.487	10%	—	—
1843	21.122	10.376	32.720	7.677	1.825	9%	2.109	20%	3.984	12%	539	7%
1856	36.793	12.100	48.893	7.674	4.968	14%	3.454	29%	8.422	17%	428	6%
1857	36.823	12.269	49.092	—	—	—	—	—	4.393	9%	—	—
1872	59.478	22.659	82.137	10.774	6.808	11%	2.873	13%	9.881	12%	1048	10%

Fonte: RELATÓRIOS e FALAS dos presidentes e vice-presidentes provinciais do Espírito Santo nos anos de 1839, 1845, 1857 e 1871; MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*; VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da*

*Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*; VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*; CENSO 1872.

Este artigo analisará as famílias escravas presentes no livro de batismo entre os anos de 1860 a 1870. Neste período a paróquia de Itapemirim registrou 770 batismos de infantes escravos. Conforme observou Faria (1998, p. 307) em pesquisa realizada no norte fluminense, Itapemirim também separava livros destinados aos registros de livres e de escravos, demonstrando estratificação social. Nestes registros encontram-se uma quantidade enorme de famílias. Foram rastreados apenas os núcleos familiares primários, uma vez que os registros de escravos não vêm acompanhados de seus sobrenomes. O rastreamento foi realizado a partir do nome de seu dono.

Em Itapemirim, havia nesse período famílias nucleares (pai-mãe-filhos), famílias matrilineares (mãe-filhos) e famílias extensas (avós-mães-filhos). No livro de batismo, após análise onomástica, encontrou-se 544 famílias. Destas, quinze famílias não registraram o nome do dono, e um registro ignoram-se os pais, padrinhos e dono, o que impossibilita de se realizar o rastreamento. Também foram batizados nesse período 4 africanos adultos: Manoel, Luiz, Luiza e André ambos “de nação”. Os três primeiros eram escravos de Manoel Ferreira dos Santos e o último de José Joaquim Marvila. Todos foram batizados no ano de 1864 pelo padre Domingos da Silva Braga.

A maioria das famílias que aparecem nos registros nesse período batizou apenas um filho. Foram rastreadas 295 famílias matrilineares e 94 famílias nucleares com apenas um infante batizado. No total foram rastreadas 398 famílias matrilineares (73%), 126 famílias nucleares (23%). Outras 15 famílias nucleares apresentam registros de filhos naturais da mãe (3%) e cinco são famílias extensas, com a presença dos avós maternos (1%). Estes últimos registros ocorreram em 1860, e a maioria dos avós são africanos. Por se tratar de uma escravaria jovem, a quantidade de famílias matrilineares é explicada, devido ao período de expansão da mesma, uma vez que as

famílias nucleares funcionavam melhor em momentos de estabilidade (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.143-144).

TABELA 2: COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS DE ITAPEMIRIM ENTRE 1860-1870	
FAMÍLIAS	QUANTIDADE
FAMÍLIA MATRILINEAR COM 1 FILHO	295 (54,2%)
FAMÍLIA MATRILINEAR COM 2 FILHOS	77 (14,2%)
FAMÍLIA MATRILINEAR COM 3 FILHOS	19 (3,5%)
FAMÍLIA MATRILINEAR COM 4 FILHOS	6 (1,1%)
FAMÍLIA MATRILINEAR COM 5 FILHOS	1 (0,2)
FAMÍLIA NUCLEAR COM 1 FILHO	94 (17,3%)
FAMÍLIA NUCLEAR COM 2 FILHOS	19 (3,5%)
FAMÍLIA NUCLEAR COM 3 FILHOS	10 (2%)
FAMÍLIA NUCLEAR COM 4 FILHOS	3 (0,5%)
FAMÍLIA NUCLEAR COM 1 FILHO LEGÍTIMO E 1 FILHO NATURAL DA MÃE	5 (1%)
FAMÍLIA NUCLEAR COM 2 FILHOS LEGÍTIMO E 1 FILHO NATURAL DA MÃE	4 (0,7%)
FAMÍLIA NUCLEAR COM 3 FILHO LEGÍTIMO E 1 FILHO NATURAL DA MÃE	2 (0,3%)
FAMÍLIA NUCLEAR COM 4 FILHOS LEGÍTIMO E 1 FILHO NATURAL DA MÃE	2 (0,3%)
FAMÍLIA NUCLEAR COM 1 FILHO LEGÍTIMO E 2 FILHOS NATURAIS DA MÃE	2 (0,3%)
FAMÍLIA EXTENSA-MATRILINEAR COM 1 FILHO	4 (0,7%)
FAMÍLIA EXTENSA-MATRILINEAR COM 2 FILHOS	1 (0,2%)
TOTAL DE FAMÍLIAS	544

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2.

Sobre as famílias escravas extensas, em 28 de novembro de 1860, a família Bello levou alguns de seus infantes a pia batismal na Matriz da Vila de Itapemirim. Dona Josefa Souto de Pinho Bello e seus três filhos, os órfãos Leonor, Anna e Domingos batizaram nesse dia 8 crianças. Dentre estas, quatro tiveram o nome dos avós maternos registrados: Adelaide, filha de Rosinda, neta de Cândida, de nação; Benvinda, filha de Umbelinda, neta de José Rego e Rita, de nação (escravos de dona

Josefa); Silvestre, filho de Joaquina, neto de Matinho e Tereza, ambos de nação (escravos da órfã Anna); e Aureliana, filha de Lucia, neta de Camilla, africana (escravos do órfão Domingos). Em 1870, Lucia batizou outro filho, Aristides, porém, não aparece o nome da avó nesse registro. Ainda em 1860, D. Maria Alves de Jesus levou ao batismo Joaquim, filho de Deolinda e neto de Luzia.

Como se pode perceber, havia uma quantidade significativa de escravos oriundos da África em Itapemirim. Analisando os registros, onze famílias matrilineares eram formadas por mães africanas; seis famílias nucleares eram compostas por ambos os pais africanos; quatro famílias com mãe africana e pai crioulo e cinco famílias formadas por pai africano e mãe crioula, num total de 26 famílias formadas por algum dos pais africanos, ou seja, 5% do total.

TABELA 3: COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS COMPOSTAS POR AFRICANOS

FAMÍLIAS	QUANTIDADE
MÃE AFRICANA COM 1 FILHO	6
MÃE AFRICANA COM 2 FILHOS	3
MÃE AFRICANA COM 3 FILHOS	1
MÃE AFRICANA COM 4 FILHOS	1
MÃE CRIOULA/ PAI AFRICANO/ 1 FILHO	2
MÃE CRIOULA/ PAI AFRICANO/ 2 FILHOS	2
MÃE CRIOULA/ PAI AFRICANO/ 3 FILHOS	1
MÃE AFRICANA/ PAI CRIOULO/ 1 FILHO	3
MÃE AFRICANA/ PAI CRIOULO/ 2 FILHOS	1
MÃE AFRICANA/ PAI AFRICANO/ 1 FILHO	3
MÃE AFRICANA/ PAI AFRICANO/ 2 FILHOS	2
MÃE AFRICANA/ PAI AFRICANO/ 4 FILHOS	1

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2

De maneira geral, as os casais pertenciam à mesma escravaria. Apenas duas famílias eram de donos diferentes: Jeronyma, escrava de Joaquim Borges de Athayde,

era casada com Joaquim, escravo de João Ribeiro de Almeida. A família batizou três filhos no período estudado: Manoel em 30 de novembro de 1862, Cândida em 14 de setembro de 1866 e Paulino em seis de novembro de 1868. A outra família era formada por Angélica e Ignácio, aquela cativa de Quintino Thomaz Barboza Souto Bahiense, e este escravo de Francisco Salles Cordeiro. Batizaram Catharina em 25 de maio de 1863.

Também havia poucas uniões entre cativos e livres nos registros de batismo. Apenas duas famílias eram formadas por uma escrava e um forro. Outros três registros trazem uniões onde não aparece a condição de um dos cônjuges. Outro aspecto comum era o vigário responsável assinalar se o infante era filho natural ou legítimo. Geralmente, filhos de famílias matrilineares eram marcados como “naturais”, ou ilegítimos. Já os filhos nascidos em uma família unida segundo o sacramento católico do casamento eram marcados como “legítimos”. Slenes (2010, p. 110) aponta que “como senhores e padres costumavam não indicar o nome do pai nesses registros, se a criança não era fruto de uma união sancionada pela Igreja, essa porcentagem pode ser considerada uma taxa de “legitimidade” no sentido estreito da expressão”. Em Itapemirim, contrariando a regra, foram registradas sete crianças como naturais, mas pertencentes a famílias nucleares.

Também merece destaque as localidades onde ocorreram os batizados. A maior parte dos batismos se realizaram na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, no centro da Vila de Itapemirim. Porém, muitos foram realizados em outras igrejas, capelas de fazendas e até nas casas de fazendeiros ilustres. Os locais também extrapolavam a divisa de Itapemirim, alguns ocorrendo na Província do Rio de Janeiro.

TABELA 4: NÚMERO DE REGISTROS DE FILHOS NATURAIS E LEGÍTIMOS

REGISTROS	QUANTIDADE
REGISTROS DE FILHOS NATURAIS EM FAMÍLIAS MATRILINEARES	378
REGISTROS DE FILHOS NATURAIS EM FAMÍLIAS NUCLEARES	7
REGISTROS DE FILHOS LEGÍTIMOS EM FAMÍLIAS NUCLEARES	178

SEM REGISTROS DE LEGÍTIMO/NATURAL EM FAMÍLIAS MATRILINEARES	181
SEM REGISTROS DE LEGÍTIMO/NATURAL EM FAMÍLIAS NUCLEARES	26

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), n 2.

TABELA 5: LOCALIDADES ONDE SE REALIZARAM BATISMOS, SEGUNDO O LIVRO DE BATISMO DA FREGUESIA DE ITAPEMIRIM-ES – 1860-1870	
LOCALIDADE	REGISTROS
MATRIZ NOSSA SENHORA DO AMPARO EM ITAPEMIRIM	590
CAPELA DO SENHOR BOM JESUS DO ITABAPOANA	49
ORACTORIO DA FAZENDA SAFRA	23
CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES DE MURIBECA	13
CAPELA SANTO ANTONIO DO MUQUI (FAZENDA MUQUI)	8
FAZENDA BOA VISTA	9
MATRIZ DE SÃO SEBASTIÃO DO ITABAPOANA (PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO)	5
FAZENDA CUTIA	5
CASA DO TENENTE CORONEL JOÃO RODRIGUES BARBOZA	5
COLÔNIA	4
FAZENDA RIBEIRA	15
CASA DA DIRETORIA DA IMPERIAL COLONIA DE RIO NOVO	3
CASA DE MAFALDA MARIA DO ESPIRITO SANTO EM PIABANHA	3
FAZENDA SANTA ANNA	3
CASA DO MAJOR FRANCISCO GOMES BITENCOURT FAZENDA COROA DA ONÇA	3
CASA DE FRANCISCO IGNACIO DE ALMEIDA EM ALTO ITABAPOANA	3
CASA DE FELISBERTO RIBEIRO DA SILVA EM ALTO ITABAPOANA	2
CASA DE MARIA ALVES DA SILVA E MANOEL JOAQUIM DA ROCHA SOBRINHO EM ARAÇÁ	2
CASA DE MANUEL JOSEPH SOARES EM MAROBÁ	2
FAZENDA SÃO PAULO	2

CASA DE ANTONIO GOMES GUERRA EM ALTO ITABAPOANA	2
ORATORIO DA FAZENDA AGA	2
CASA DE ANANIAS FERREIRA DA SILVA EM ALTO ITABAPOANA	1
CASA DO CAPITÃO PEDRO FERREIRA DA SILVA EM ALTO ITABAPOANA	1
FAZENDA PONTA GROSSA	1
ORATORIO ERECTO DA CASA DE MANUEL DA SILVA DE JESUZ EM ITABAPOANA DO NORTE	1
SEM REGISTRO DO LOCAL	14

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2

Dentre os proprietários que levaram seus infantes a pia batismal, merece destaque o Major Antônio da Silva Pôvoa. Este, que foi vereador em Itapemirim entre os anos de 1841-1844 (MORENO, 2016, p.96), foi um dos proprietários que mais batizaram infantes, sendo 23 crianças no período estudado, todos realizados na Matriz da Vila de Itapemirim. A maioria das famílias que levaram suas crianças as águas batismais pertencentes ao Major Pôvoa eram nucleares. Foram identificadas onze famílias nucleares e três famílias matrilineares nos registros de batismo. Das famílias nucleares, seis batizaram uma criança; duas batizaram duas crianças; outras duas famílias batizaram três crianças e uma família batizou quatro infantes nesse período. As três famílias matrilineares batizaram uma criança cada.

Os registros eclesiásticos não podem ser tomados como fonte demográfica absoluta sobre a família escrava. Outros documentos como os inventários *post-mortem*, são excelentes fontes para este estudo. Porém, os documentos paroquiais trazem informações importantes sobre o assunto. Sendo o batismo uma estratégia importante para a comunidade escrava, os infantes tinham seus nomes e famílias registrados nestes livros. Outros aspectos das relações comunitárias e do cotidiano dos cativos

podem ser observados nestes registros, que compreendem fontes riquíssimas para os estudos sobre escravidão.

## Conclusão

Procurou-se demonstrar nesse trabalho a existência de famílias escravas no livro de batismo de escravos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Essa região, ainda pouco estudada pela historiografia capixaba, apresenta número elevado de escravos, como demonstrado neste trabalho, chegando a ter 29% do total de cativos capixabas no ano de 1856. Utilizando o método onomástico e o recorte serial, foram rastreadas em Itapemirim 544 famílias em 770 registros de batismos, sendo 398 famílias matrilineares, 126 famílias nucleares, 15 famílias nucleares com registros de filhos naturais e cinco famílias extensas. Sendo o batismo uma estratégia de vida dos escravos, pois os incluía na sociedade católica, também os ajudava a estabelecer laços de solidariedade através do compadrio. Para a Igreja Católica, o batismo compreendia um importante ritual e inseria os cativos nesta comunidade. Os livros eclesiásticos, com destaque para os de batismos, são excelentes fontes para se encontrar registros de famílias escravas, além de outros dados sobre escravidão, principalmente em regiões pequenas como Itapemirim.

Itapemirim, como este trabalho procurou mostrar, possuía muitas famílias escravas, que levavam seus infantes a pia batismal, não apenas na Matriz localizada na Vila de Itapemirim, como em outras capelas e até em oratórios com altares preparados para o ritual em várias localidades do sul da província do Espírito Santo e até no norte do Rio de Janeiro. A maioria das uniões entre cativos ocorriam dentro da própria escravaria e poucos eram casados com escravos libertos ou livres. Também podem ser encontrados registros de famílias formadas por africanos.

## Referências

ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Batismo de Escravos número 2, anos de 1859 a 1872.

BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CONSTITUIÇÕES primeiras do arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho da Sua Majestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707. Lisboa 1719 e Coimbra 1720. São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>>

CAMPOS, A. P. Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. Sob as bênçãos da Igreja: p casamento de escravos na legislação brasileira. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 326-360, jul-dez, 2005.

CASTRO, H. M. M. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. IN: NOVAIS, F. A. (coord.), ALENCASTRO, L. F. (org.) *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010

FARIA, S. C. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MORENO, L. R. **Itapemirim**: Como tudo começou. Serra: Formar, 2016.
- OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.
- ROCHA, M; R. *Etiópe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado*: discurso teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil (1758). Lisboa: Na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.
- SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2011.